

ASSEMBLÉIA

Professores lutam pela readmissão de seus colegas

A assembleia da APROPUC realizada na quarta-feira, 1.º/02, mostrou mais uma vez a indignação da categoria frente às demissões impostas pela Reitoria. Por várias vezes, os docentes levantaram a possibilidade de paralisarem suas atividades caso a Reitoria não volte atrás em suas decisões.

O caso que mais chamou a atenção foi o do curso de Espanhol, que teve seu corpo docente reduzido em função das exigências dos gestores da universidade. Segundo o professor Ivan Martin, a saída de três professores, decidida pelo Departamento de Linguística – ao qual o curso de Espanhol está subordinado – desmantela o curso. Também foi questionada a afirmação de que o curso não teria alunos em 2006, pois além dos ingressantes do vestibular, haveria outros 22 inscritos, transferidos de outros cursos da Comfil.

O que mais revoltou os presentes, porém, foi a forma como esses professores foram demitidos, sob a alegação de que havia reclamações de quatro alunos, reclamações estas que não foram mostradas, apesar da solicitação da coordenação do curso.

Critérios obscuros

Também foi questionada a forma como os critérios votados no Consun foram aplicados. Diferentes critérios são utilizados em função de cada demissão que se pretende realizar. Foi lembrado o caso da Faculdade de Educação, que encaminhou a demissão de seus substitutos. A Reitoria, no entanto, encaminhou carta indicando a pre-

servação de uma professora, que atua como assessora junto à ARII, a despeito da decisão do Departamento.

Os estudantes de Letras marcaram presença na assembleia em defesa dos docentes ameaçados. Helena Martins, representando o Centro Acadêmico Clarice Lispector, afirmou que “os estudantes prestam neste momento solidariedade incondicional aos professores, num momento em que a Reitoria vai contra o projeto de universidade que defendemos”.

A assembleia também contou com a presença do professor Itamar Freitas, da Unicamp, um dos diretores do Andes – Sindicato Nacional, que prestou solidariedade aos docentes da PUC (veja matéria nesta edição).

Decisões

Ao final da assembleia, foram tomadas as seguintes decisões:

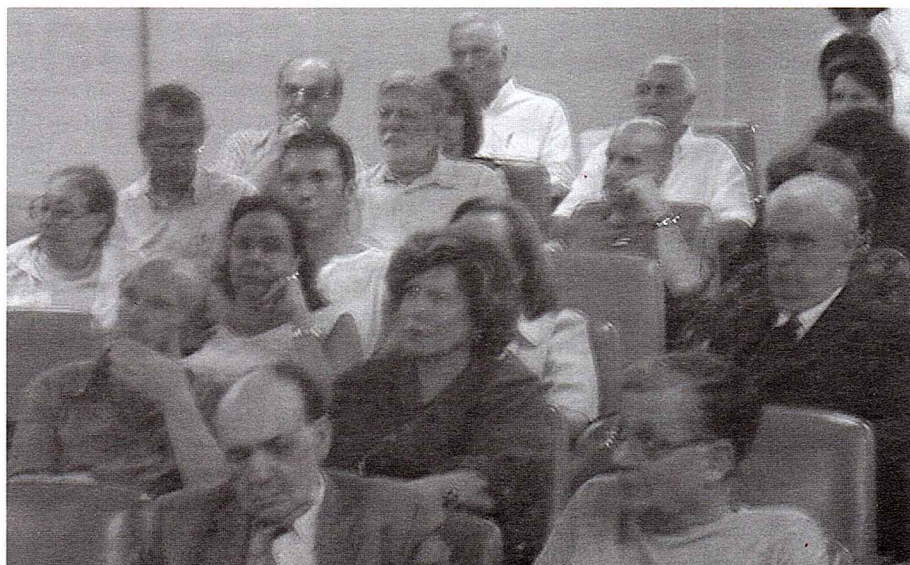
1) elaborar uma edição do jornal

PUCviva relatando como estão sendo feitas as demissões. Para auxiliar a confecção deste jornal, será formada uma comissão que contará com a participação de professores demitidos;

2) Elaboração de uma carta manifestando o repúdio dos professores ao fechamento do primeiro ano do Curso de Espanhol, reivindicando que esta posição seja revista;

3) Repúdio à carta enviada pelo professor Carlos Eduardo de Carvalho à APROPUC, em que são feitas várias calúnias contra a associação dos docentes e professores da PUC;

4) Marcar uma nova assembleia da categoria para o dia 20/2, em data e local a serem confirmados.



VIC WEISCHTORDT

Professores marcam presença na assembleia da APROPUC

Reverter o caminho destrutivo da crise

A PUC começa com o semestre já estremeado pela crise. As demissões em massa de funcionários e professores dilaceraram as relações internas da universidade. O mais grave foi não termos sido capazes de enfrentar com a mobilização coletiva as medidas clássicas patronais de rompimento da vida profissional do trabalhador.

A APROPUC e AFAPUC empenharam-se a fundo, convocando assembleias para resistir à via das demissões e da precarização das condições de trabalho e ensino. Em nosso seio, sofremos uma campanha para aderirmos à via dos cortes de emprego e da desfiguração do contrato de trabalho. Os opositores da APROPUC e defensores do plano da Reitoria – por isso não são vozes independentes – espalham pela Internet que seríamos imobilistas e defensores de professores que não trabalham.

O que seria ser mobilista para tais adversários? Seria a APROPUC se alinhar à diretriz das demissões e da destruição de nosso contrato de trabalho. E mais ainda: concordar com a farsa da avaliação que justifica a lista de demissões e fazer coro com a pecha lançada sobre os demitidos de que não trabalham.

O baixo nível das denúncias e do embate ideológico daqueles que estão nos píncaros da academia e que se pautam pela “excelência” é compreensível. Não podem se colocar à altura da crise da PUC defendendo demissões como forma de pagar banqueiros. Vemos tal “excelência” como defesa da mercantilização. Essa é a tendência do ensino superior nas últimas décadas. O ensino público sofreu uma destruição formidável.

Entre a tendência de liquidação da universidade pública e a do agigantamento da “universidade” de negócio, a PUC foi sendo esmagada, prevalecendo a lei de mercado. Aqui temos um ponto alto de discussão sobre o destino da PUC. Dizer que as demissões livram a PUC dos que não trabalham é infamante e acoberta a destruição das condições de ensino, que começa com o aumento da jornada de trabalho para se criar um excedente demissível. Indica que a PUC está sendo empurrada a se igualar às demais empresas de ensino superior, o que fortalece a tendência privatista geral da educação.

Se não se encaminha a solucionar a crise pela via da educação pública, solucionará pela via do recrutamento mercantil: contrato precário de trabalho, rebaixamento salarial, pesada jornada de trabalho, eliminação da liberdade de cátedra, centralização autoritária e planejamento empresarial.

Sem dúvida, é mais fácil defender a própria pele às custas das demissões de colegas do que enfrentar a tendência mercantilista predominante. As vozes isoladas em defesa da transformação da PUC em universidade pública devem ganhar força contra a tendência mercantil, caso contrário se implantará o modelo acima descrito.

A resistência da APROPUC contra a via das demissões se baseia não só na defesa do direito ao trabalho mas também na contraposição à via mercantil. Acreditamos que o ano de 2006 será mais decisivo ainda. É fundamental fortalecer a discussão e as decisões democráticas por meio das assembleias. Toda força à APROPUC! Unir as forças sociais para defender as condições de ensino e trabalho, para defender o ensino público como única via progressiva para a crise da PUC!

Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.

ASSEMBLÉIA II

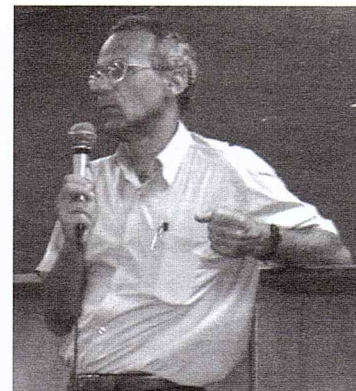
Diretor do Andes presta solidariedade aos professores da PUC

O professor Itamar Ferreira, da Unicamp, que dirige o Andes - Sindicato Nacional, esteve presente à assembleia da APROPUC prestando solidariedade aos docentes demitidos da PUC.

Segundo o professor, a PUC conquistou com muita luta patamares de condição de ensino que precisam ser mantidos.

Para Itamar, “o que está acontecendo na PUC tem a ver com o que está acontecendo no Brasil como um todo: a Reforma Universitária que o PT está implantando aponta para a mercantilização do ensino. As medidas impostas pela mantenedora aos professores tentam adequar a PUC a esta realidade”.

Para o sindicalista, a saída para a



VIC WEISCHTORDT

Professor Itamar Ferreira fala à assembleia

crise em que hoje a educação brasileira está mergulhada tem de ser coletiva, e demandará um alto grau de resistência da população.

O repúdio da assembleia

A assembleia repudia a denúncia do professor Carlos Eduardo Carvalho, do departamento de Economia, que diz: *a “preservação” do trabalho, nos termos da APROPUC, é de fato a preservação do direito de muitos “colegas” de ganhar sem trabalhar, ou de ganhar “trabalhando” pouco e mal.* Trata-se de uma avaliação generalizada de que os demitidos não trabalham. As demissões não decorrem de avaliações, mas sim da exigência de cortes feita pela Reitoria. A pecha orquestrada pelos defensores da via das demissões, de que nossos colegas demitidos não trabalham, serve para mascarar as arbitrariedades das demissões e o processo autofágico desencadeado nos departamentos. A APROPUC cumpre o dever de defender os trabalhadores contra a farsa da avaliação que conclui que estão sendo demitidos os que não trabalham. A realidade é que estamos diante de demissão em massa de professores e funcionários. Somente o peleguis-

mo mais despuadorado poderia defender ou colaborar com as demissões para ajustar as contas da PUC para pagar os bancos. E somente uma direção sindical imoral poderia confundir o processo de demissão em massa, motivado pela crise financeira, com a falsa caracterização de que “muitos colegas ganham sem trabalhar”. O fato é que existem duas posições: aqueles que defendem as demissões, aumento da carga de trabalho e desfiguração do contrato de trabalho e aqueles que resistem a essa via. A assembleia chama os professores a defender nossos colegas demitidos ou ameaçados de demissão e a se posicionar contra a demissão sob a alegação infundada de que não trabalham. Chama os professores a combater a via das demissões. Chama a fortalecer a democracia contra as imposições burocráticas. Chama a fortalecer a APROPUC como instrumento coletivo de discussão e deliberação.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

A luta de professores e estudantes pelo Curso de Espanhol

Em assembléia, realizada na quarta-feira, 1/02, os professores mostraram sua indignação contra as demissões e, praticamente, a inviabilização do curso de Espanhol que está sendo levada a cabo na PUC-SP.

A forma com que tais procedimentos vêm sendo adotados, através de demissões justificadas por meio de denúncias pouco consistentes, ou utilizando-se de números de alunos que não refletem inteiramente a realidade dos fatos, fez com que professores e alunos da PUC, já revoltados contra as demissões impostas pela Reitoria, erguessem sua voz contra mais esta arbitrariedade de nossos gestores.

Vários foram os documentos de apoio ao curso e aos professores de Espanhol, vindos de dentro e fora da universidade (nas próximas páginas estamos reproduzindo alguns deles), defendendo um curso que sofre essa brutal ameaça, num momento em que as medidas do governo federal com relação à implantação do idioma no ensino médio, tornam atual a viabilidade do curso dentro da PUC-SP.

A crise que atinge o curso de Espanhol repercutiu também na especialização que é ministrada na Cogear: a professora Claudia C.B. Jacobi, coordenadora do curso, pediu demissão de suas funções e, junto com ela, mais seis professores renunciaram a continuar colaborando com a especialização.

Em sua carta de demissão a professora destaca que “uma instituição que por motivos financeiros decide dar passos que resultarão na extinção do curso de graduação em espanhol, desistindo assim do lugar que lhe caberia na formação de docentes na área, não pode continuar lucrando com um curso de especialização, cujo subsídio deve ser a graduação. Ainda mais tratando-se de um curso criado pelos mesmos docentes que agora se desrespeita, demite e difama”.

É nesse sentido que os professores, reunidos em assembléia, conclamam a comunidade a exigir a readmissão de todos os professores demitidos pelas medidas da Reitoria, pois só assim poderemos garantir a continuidade da qualidade de ensino que tem sido a marca desta universidade.

Em defesa do curso de Espanhol da PUC-SP

No ano passado, foi sancionada pelo Presidente da República uma lei que prevê a obrigatoriedade da oferta da disciplina *língua espanhola* aos alunos de Ensino Médio de todas as escolas brasileiras. Segundo essa lei, as instituições de ensino têm cinco anos para se adequarem à nova situação. Desde então, esse fato tem mobilizado diversos segmentos da sociedade em busca de se concretizar um sonho de décadas, que é a aproximação lingüística entre o Brasil e os dezenove países vizinhos onde o Espanhol é língua oficial.

Ainda no ano passado, logo após a sanção da lei, os professores de Espanhol que atuam no Brasil discutiram, no 11.º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, realizado na UFBA, em Salvador, de 13 a

16 de outubro, algumas alternativas para a formação de professores que possam responder à imensa demanda que se prevê para os próximos anos. No final de 2005, o Instituto Cervantes realizou um seminário também para discutir alternativas que tornem efetivo o ensino de Espanhol aos estudantes brasileiros.

Em novembro de 2005, o Ministério da Educação publicou um edital até então inédito para a compra de materiais didáticos para o ensino de Espanhol, para suprir as bibliotecas das escolas públicas. Algumas editoras que se dedicam à publicação de materiais didáticos inscreveram gramáticas, dicionários e livros

continua na próxima página

de Espanhol. O Governo avaliou e selecionou os materiais e já efetivou a compra de obras que serão distribuídas às escolas públicas brasileiras.

Em dezembro do mesmo ano, membros da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo discutiram o impacto da nova lei a curto, médio e longo prazo, e se propuseram a desencadear ações para a divulgação da língua espanhola e da lei entre os mais diversos segmentos da sociedade. Naquele momento, representantes de várias universidades do Estado de São Paulo relataram que o número de inscritos nos processos seletivos para 2006, ao contrário do que se imaginava, ainda não apontava um crescimento na procura dos cursos, mas revelava a necessidade do incentivo cada vez maior para a oferta de programas de formação de professores de excelência.

A grande maioria das escolas particulares, principalmente nos grandes centros, desde os anos de 1990, quanto foi assinado o acordo comercial do Mercosul, já vinha oferecendo o ensino da língua espanhola aos seus alunos. Nesse sentido, para que se democratize de fato a inclusão lingüística dos jovens brasileiros, é fundamental que se cumpra a determinação legal que obriga a oferta da disciplina língua espanhola também nas escolas públicas.

Na contramão dessa realidade, a PUC-SP acena com a possibilidade de desmantelar seu curso de Letras - Espanhol no ano em que ele completa 10 anos de existência. Percebe-se isso, primeiramente, nas indicações de demissões apresentadas no último dia 28 de dezembro. O Departamento de Lingüística, em que o curso de Espanhol está alocado, para cumprir com as medidas de saneamento financeiro, indicou para demissão os nomes de três professores de espanhol, o que significa um terço do corpo docente, composto hoje por nove professores. Outra medida que aponta para a extinção do curso de Espanhol na PUC-SP é a não abertura do primeiro ano de Espa-

nhol, devido à baixa procura por essa opção no último vestibular.

Bem sabemos, e temos discutido muito isso no último ano, que o curso de Letras da PUC-SP é muito caro, se comparado ao oferecido por outras instituições. E também sabemos da tímida divulgação dos cursos da PUC-SP nos meios escolares. No entanto, embora tenha havido apenas 11 inscrições no vestibular, no final de 2005, 22 alunos do curso de Letras pediram mudança de habilitação para o curso de Espanhol. Acreditamos que isso de deva às novas demandas do magistério e, também, ao prestígio que o curso de Espanhol e seu corpo docente têm adquirido junto aos estudantes de Letras.

Por isso, acreditamos que não seja o momento de se impor o desmantelamento do curso de Espanhol. Ao contrário, acreditamos que devemos gastar nossas energias buscando alternativas pedagógicas que ampliem o papel da PUC-SP nesse contexto em que se necessita formar milhares de professores de espanhol para atuar nas escolas de Ensino Médio brasileiras. Talvez aí resida uma chave importante para, inclusive, contribuir para o equilíbrio das contas na universidade.

Se, em vez de abrir mão de profissionais qualificados, a universidade apostar no potencial e na criatividade de seus professores, poderá ser pioneira na elaboração de projetos de convênios a serem oferecidos aos governos estadual e federal e na oferta de cursos de extensão e especialização que muito poderão contribuir para atender às novas exigências que se configuram no cenário da educação de nosso país.

Face ao exposto, queremos manifestar nosso apoio incondicional ao Curso de Letras – Espanhol da PUC-SP, que é hoje reconhecido, na comunidade externa, como um curso comprometido com os desafios atuais da sociedade brasileira.

Professores e alunos do Curso de Letras – Espanhol da PUC-SP

A ABH e os fatos acontecidos na PUC-SP

A Diretoria da Associação Brasileira de Hispanistas (ABH) vem somar-se às manifestações de protesto pelas demissões de docentes do Curso de Espanhol na PUC-SP e expressa sua preocupação diante da notícia da não abertura do primeiro ano de Espanhol na prestigiosa instituição brasileira, mesmo tendo oferecido vagas no seu vestibular.

A ABH acredita que a lei do ensino obrigatório da língua espanhola nas escolas, votada pelo Congresso

Nacional em 2005, exige das instituições de ensino superior comprometidas com a formação de professores de Espanhol um esforço ainda maior para cumprir os objetivos para os quais foram criadas.

Nesse sentido, esta Diretoria espera que a PUC-SP reconsidere as decisões que afetam a formação de professores de língua espanhola capazes de atuar, com qualidade, nas escolas de ensino fundamental e médio.

A Solidariedade dos professores da USP

Dirijo-me a vocês, incluindo os atuais presidentes da Associação Brasileira de Hispanistas (ABH) e da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP), aos quais solicito difusão desta, para manifestar profunda preocupação por fatos informados por colegas da PUC-SP que considero serem de interesse de todos nós, docentes e pesquisadores comprometidos com o ensino de espanhol no Brasil. Faço o crendo interpretar, também, o sentimento dos colegas do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana da FFLCH-USP que atualmente coordeno, e no intuito de despertar a inquietação de todos nós diante do que está acontecendo no meio de um período de férias, o que dificulta sua devida repercussão.

Como está sendo amplamente difundido pela imprensa, a PUC-SP abriu em 27/12 um processo de indicação de demissões de docentes que parece ser inédito na história da instituição. Apesar das inúmeras tentativas da representação docente para evitar as demissões, abrindo mão de carga horária e direitos adquiridos, a Reitoria mantém sua intransigência e as ações, depois da pressão dos docentes, apenas foram adiadas para final de janeiro, mas os nomes para demissão continuam propostos. Eles incluem, em grande proporção, professores de alta titulação.

Segundo informou à imprensa a Reitora, Profa. Dra. Maura Vêras, as propostas de demissão são elaboradas pelas chefias de departamento. No departamento de Lingüística, atualmente sob a chefia da Profa. Mestre Eliane Gonçalves, e que concentra professores de vários cursos, todas as três indicações de demissão recaíram sobre professores do curso de Espanhol, todos de entre 6 e 10 anos de trabalho na instituição. Os propostos para demissão são:

–Prof. Dr. Cláudio César Montoto, concursado como Associado.

–Profa. Dra. Graciela Alicia Foglia, atual coordenadora do curso de Espanhol, que concluiu em 2005 seu segundo doutoramento no nosso Programa da USP.

–Prof. Mestre Jhon L. O' Kunington Rodrigues.

Na informação dada pelos colegas do curso, ao referir-se aos critérios que teriam sido utilizados para a “seleção” de demitidos, reaparecem as impressões que vários professores de outras áreas da instituição já manifestaram largamente à imprensa: as informações contraditórias, a ação realizada no período de festas de fim de ano, e a imprecisão sobre a autoria das “listas de condenados” faz concluir sobre critérios não acadêmicos mas políticos, ou pior, econômicos, em que, como é comum em instituições que não detêm o prestígio da PUC-SP, a titulação do docente é “punida” por resultar onerosa.

Depois que a efetivação das demissões ficou suspensa pelo Consun de 4 de janeiro, mas ainda sob a ameaça de que se produzam no final deste mês, os professores do curso receberam a notícia da não abertura do 1º ano de Espanhol, apesar de haver 15 matriculados pelo Vestibular e mais 20 estudantes que pediram transferência de outros cursos para Espanhol. Dessa maneira, precisamente em um momento em

que, por decisão do Congresso Nacional, a língua espanhola torna-se obrigatória nas escolas, um dos centros que poderia participar dessa necessária formação docente com a autonomia e excelência que o caracteriza, renuncia a essa tarefa, sacrificando a experiência acumulada, os esforços de docentes que dedicaram parte importante de sua carreira a esse empreendimento, e a crescente disposição de seus alunos.

Não creio que a atual crise da PUC-SP seja assunto apenas de interesse da instituição ou de sua fundação mantenedora. Pela sua história de autonomia acadêmica, o futuro da PUC-SP é relevante para todos nós que zelamos pelo ensino público e de qualidade. Nesse sentido, concordo plenamente com as palavras da diretoria da ADUSP em sua declaração solidária de 2 de janeiro, de que supeditar essa autonomia às exigências de dois bancos “[...] ameaça a qualidade da formação de quadros e da pesquisa que tem sido uma característica da PUC-SP nas últimas décadas. Essa queda de qualidade beneficiaria os negociantes da educação superior privada, que visam apenas o lucro fácil, pois ficariam menos distantes desse referencial de qualidade. [...]”

A atual atitude contra o curso de Espanhol é uma cabal demonstração de para onde conduz esse caminho. Também o são as ameaças e listas de demissão, elaboradas sem que existisse, contra nenhuma das vítimas, qualquer processo acadêmico prévio.

Ainda sobre as demissões anunciadas, resta dizer que, se bem estamos acostumados a ver esse tipo de procedimento em instituições privadas, que elas aconteçam na PUC-SP envolve, no meu entender, dois agravantes. Um é o óbvio prejuízo para o lugar da instituição no meio acadêmico brasileiro. Outro é que, precisamente devido à tradição da instituição, o professor que vem trabalhando nela, a diferença de quem trabalha para outras universidades privadas, não pensa que será demitido, e por conseguinte, não vive à procura de outros espaços de atuação profissional e dedica, como dedicaram durante dez anos nossos colegas hoje ameaçados, vários deles pais de família, seus maiores esforços, seus projetos, sonhos e energias; isso tudo além de investirem, como ninguém faria para uma “particular”, em uma produção intelectual que só tem reconhecimento onde essa produção é respeitada.

Penso que todos podemos nos propor a contribuir, na medida das possibilidades de cada um, para que essas ameaças não se concretizem, pensando coletivamente iniciativas a respeito. Do lugar que ocupo como coordenador de um curso, mas sobretudo como colega, expreso e chamo a que todos expressemos nossa irrestrita solidariedade aos amigos da PUC-SP, de maneira audível e para nos somarmos às muitas vozes que, afortunadamente, mesmo no meio das férias começam a ouvir-se no meio acadêmico, e que espero sejam suficientemente sonoras para que o atual rumo seja mudado.

Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul - FFLCH-USP

Também manifestaremos pessoalmente o seu apoio os professores *Dr. Mario González, Dra. Valéria de Marco e Dra. Neide T.M. González*

O protesto dos estudantes de Letras

Vimos, lamentavelmente, mais uma vez, informá-los da nossa indignação diante dos fatos ocorridos na PUC-SP, especificamente, no Departamento de Lingüística, coordenado pela Prof^a. Mestre Eliane Gonçalves.

Ontem, 30 de janeiro, houve uma reunião entre os professores do Departamento de Lingüística para a votação das demissões. Havia entre vinte e cinco e trinta professores. Nossa indignação começa pelo fato da Prof^a Mestre Eliane não deixar que a representante do Centro Acadêmico de Letras Clarice Lispector, Helena Martins, entrasse na reunião. Pela votação quase unânime dos professores presentes, Helena conseguiu entrar. Já o aluno Wagner Reis, representante do curso perante o CCH da Universidade, precisou apresentar uma Ata que comprovasse que era nosso representante para, assim, poder entrar na reunião. Tivemos ainda, duas alunas que ficaram do lado de fora.

Foi confirmado pela Prof^a Mestre Eliane que o Curso de Espanhol Básico realmente não será aberto este ano. Isso muito nos preocupa, pois nos parece ser o princípio da extinção de nosso curso.

Nessa reunião, foi feito um referendo com voto aberto (pois houve a sugestão de fazê-lo utilizando-se do voto fechado) sendo estas as opções:

- SIM, manteremos estes três nomes;
- NÃO, retiraremos estes três nomes e indicaremos novos.

Neste momento, houve uma grande confusão: na primeira votação, sete professores se posicionaram a favor do SIM, inclusive a Prof^a Mestre Eliane. Porém, na contagem de outra professora - Prof^a Paulina Rocca - foram nove. Então, fez-se mais uma contagem em que Prof^a Mestre Eliane Gonçalves enfatizava que o SIM era para a permanência dos nomes já indicados. Na segunda votação, doze professores se manifestaram a favor do SIM, e, novamente pela contagem da professora Paulina Rocca, foram quinze. E assim, mais uma vez houve nova contagem.

No final de quatro votações, tivemos o resultado final: dezessete professores se posicionaram a favor do SIM, quatro professores se abstiveram (nos parece também que isso seja uma posição impressionante, dadas as circunstâncias) e somente seis professores, sendo uma professora do Português e

os cinco presentes do Espanhol, se posicionaram contra as demissões.

A proposta da redução de carga horária para que não tivéssemos demissões, por sua vez, sequer foi ouvida, tampouco comentada.

Um dos critérios utilizados para a escolha dos nomes foi uma carta denúncia assinada por quatro alunas, carta esta a que nenhum dos professores teve acesso. Foram contadas também como critério, denúncias verbais. Salientamos que nenhuma dessas denúncias foi apurada, investigada e que os professores acusados não tiveram a oportunidade de autodefesa.

Sem direito a fala nesta reunião, nós, alunos do Curso de Letras Espanhol, nos sentimos profundamente desrespeitados e solidários aos professores de Espanhol, que sequer puderam se defender.

Não podemos e não iremos deixar que isso fique assim. E também gostaríamos que uma coisa ficasse muito clara: nenhum professor está nos influenciando, como foi dito ontem na reunião, simplesmente estamos indignados que uma Universidade tão conceituada tome medidas como estas. Nossos pedidos de apoio foram duramente criticados por uma professora do Departamento de Lingüística, a Prof^a Mestre Flamínia Lodovici, com a frase "roupa suja se lava em casa".

Gostaríamos que a Coordenação da Faculdade de Comunicação e Filosofia revisse estas nomeações para demissão e se fizesse mais "presente" neste processo, uma vez que a Coordenadora da COMFIL Prof^a Dra. Alexandra Geraldini está em férias em pleno momento de crise e, sua vice, a Prof^a Dra. Elisabete Alfeld Rodrigues, não tem autonomia para sequer nos receber.

Mais uma vez, contamos com a colaboração dos professores e instituições para que, com suas manifestações de apoio, fortaleçam nossa luta contra este extermínio do Curso de Espanhol na PUCSP.

Queremos garantir nossa formação, e acima de tudo, respeito e dignidade e ética profissional.

Cortes resultam em 194 professores fora da PUC

Com o desligamento de 194 professores até 19/2, a Reitoria vai deixar de gastar R\$ 900 mil mensais. Os cortes nos contratos dos professores que ficam vão significar mais de R\$ 1,3 milhões a menos em gastos. Até o final deste mês, as medidas adotadas desde novembro para solucionar o déficit nas contas da PUC devem resultar numa economia de R\$ 3 milhões por mês.

A extinção de contratos por prazo determinado trouxe o desligamento de 53 docentes. Outras 70 demissões foram consequência da maximização da Deliberação 65/78. O Programa de Demissão Voluntária teve 71 adesões. As demissões feitas pelo PDV custarão à universidade cerca de R\$ 5,5 milhões (média de R\$ 77.500 para cada professor).

Rombo ainda supera R\$ 1 mi

Apresentados pela Reitoria no Conselho Universitário de 1.º/2, os números mostram que, mesmo com todos os cortes efetuados, resta ainda um déficit superior a R\$ 1 milhão/mês no orçamento da universidade.

Na reunião, o vice-reitor administrativo Flávio Saraiva explicou que o Bradesco e o

Banco Real já não concedem mais crédito à universidade, mas dispuseram-se a negociar a liberação de verbas rescisórias para cobrir o alto custo das demissões.

Para atingir a economia de R\$ 3 milhões até o fim de fevereiro, uma nova rodada de reformas administrativas também está prevista. O professor Flávio disse que pretende convocar a AFAPUC para uma reunião sobre o assunto ainda nesta semana.

A lista de cortes também afeta a Fundação Cultural São Paulo (cerca de R\$ 100 mil mensais), o corte dos telefones dos CAs (R\$ 20 mil) e a revisão dos aluguéis pagos pela universidade (R\$ 32 mil).

Novas demissões

Ainda não se sabe se as novas reformas administrativas vão resultar em mais demissões de funcionários. No ano passado, mais de cem deles foram dispensados, e outros 120 aderiram ao Programa de Demissão Voluntária – e ainda assim o déficit continuou na média de R\$ 4 milhões mensais.

A vice-reitora acadêmica Bader Sawaia comentou no Consun que outras demissões de professores ainda podem ocorrer, como resultado da

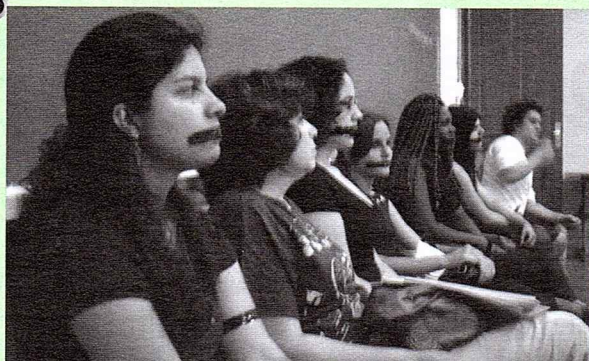
junção de turmas, “última medida que será aplicada em relação ao contrato docente”. Bader disse ainda que não deve haver novas contratações para substituir professores demitidos a partir da maximização da 65/78, mas sim para os que deixaram a PUC por demissão voluntária.

Na pós-graduação, a substituição de alguns dos professores demitidos foi feita a partir da análise de currículos nos departamentos. Segundo a professora Anna Cintra, presidente da Comissão Geral de Pós-Graduação, um novo credenciamento será feito em abril, e a situação do setor deve ser regularizada a partir do segundo semestre.

Plano de Recuperação

“Passada a tempestade, vamos ter de debater planos, projetos, sob o risco de voltarmos a enfrentar esse tipo de situação”, sentenciou a professora Madalena Peixoto, do Centro de Educação. A reitora Maura Vêras respondeu dizendo que a Reitoria já tem na manga um Plano de Recuperação da universidade, cujas diretrizes serão apresentadas numa reunião extraordinária do Consun marcada para a tarde desta quarta-feira, 8/2.

Rola na rampa



Leandro Divera

Estudantes protestam contra a demissão de professores

Conselho não homologa demissão de professores de Espanhol

O Conselho Departamental da Faculdade de Comunicação e Filosofia votou contra a homologação dos nomes de três professores do curso de espanhol para demissão. A decisão foi tomada pelo departamento de Linguística e, depois de uma acirrada polêmica na reunião desta sexta-feira, 03/02, foi negada pelos conselheiros. A não-homologação contou com o voto de 17 conselheiros, contra oito que votaram a favor e quatro abstenções. A chefe de departamento de Linguística, professora Eliane Gonçalves, disse que a avaliação dos professores

foi feita a partir de registros negativos de produtividade, porém, em carta endereçada ao Conselho externou sua posição contrária à demissão e pelo não-fechamento do curso de espanhol. A professora informou que a Reitoria obrigou o departamento a indicar os nomes a partir da constatação de que o curso teria o seu primeiro ano fechado em 2006. A decisão deve agora ser encaminhada aos demais conselhos da universidade. As demissões ocorridas em outros departamentos da Faculdade foram homologadas.

Trabalhadores de Sorocaba rejeitam proposta salarial

O Sindicato de Saúde de Sorocaba realizou uma assembléia com os trabalhadores do Hospital Santa Lucinda para apresentar uma nova proposta salarial, fruto de um acordo entre o Sindicato e a Reitoria. Pela proposta, a PUC pagaria 6%, ao invés dos 7,66% pleiteados pelos funcionários, sendo que a diferença, que não foi paga até agora, seria saldada em três

vezes a partir de junho. A assembléia rejeitou a proposta e reivindicou um índice intermediário, equivalente a 6,83%, e a volta da data-base da categoria para março, e não maio, como estava sendo proposto pela Reitoria. A diretoria da AFAPUC foi contra a proposta, pois defende o índice do ICV-Dieese, que é um indexador histórico dos reajustes salariais da PUC.

Consun estuda afastamento de docentes com mais de 75

O professor Guilherme Simões, chefe de gabinete da Reitoria, apresentou ao Conselho Universitário em 1.º/2 uma versão preliminar do Projeto 75, elaborada pelo próprio professor junto com dois membros do conselho. A medida propõe o afastamento compulsório dos professores que completarem 75 anos de idade, visando, num prazo de dez anos, equilibrar a distribuição do corpo docente entre variadas faixas etárias, e ao mesmo tempo reduzir progressivamente os gastos com folha de pagamento. O texto do projeto reconhece que a idade pode "possibilitar a sabedoria e o conhecimento de si", mas considera que a permanência ilimitada dos mais velhos no corpo docente "constitui-se em entrave para o ingresso de novas gerações. Além disso, o documento as-

signala que "o trabalho acadêmico rotineiro implica tarefas para as quais muitas vezes os docentes de faixas etárias mais elevadas não mais respondem satisfatoriamente". Com o afastamento compulsório, os professores teriam manutenção vitalícia do plano de saúde, seguro de vida em grupo e auxílio-medicação no valor de um salário mínimo. O Projeto 75 também propõe a criação de um Instituto de Decanos na universidade, com 40 vagas destinadas a professores que "destacaram-se na carreira acadêmica da PUC-SP, por mais de 20 anos, como grandes líderes". Inicialmente, o projeto foi proposto como medida emergencial, mas os conselheiros avaliaram que precisariam de mais tempo para avaliação. O assunto deve voltar à pauta em março.

Reitoria não cumpre acordos salariais de professores

No mês de janeiro, os professores deveriam receber a primeira parcela referente à aplicação do índice de reajuste salarial de 2004. Essa parcela resultou de acordo assinado na gestão do professor Antonio Carlos Ronca, que deixou de pagar o reajuste sobre os meses de março a dezembro de 2004. A primeira parcela, pelos cálculos da APROPUC, atinge a um valor de cerca de

20% de um salário docente. A Reitoria não explicou a razão do não-pagamento, nem quando ele deverá acontecer. Também a parcela de 7,66%, que deveria ser creditada aos salários docentes no pagamento desta segunda-feira, 6/2, não foi paga. A APROPUC deve marcar uma reunião com a Reitoria para esclarecer as razões dos atrasos.

Entidades programam ato na recepção dos calouros

A APROPUC, AFAPUC e o Conselho dos Centros Acadêmicos (CCA), estão organizando um grande ato-debate para recepcionar os calouros de 2006. A idéia é que os três setores estejam

unificados, discutindo os rumos que a universidade vem tomando para resolver seus problemas financeiros. A data para a realização do ato é 16/2, quinta-feira, no Tucarena, às 9 e às 19h.